

Educação Contínua Não Superior de Macau: a Evolução Histórica e o Valor Real

*Kou Seng Man**

I. Prefácio

A educação é uma actividade que existe desde os tempos mais antigos da humanidade; sendo uma parte da estrutura social, evolui conforme as mudanças sociais; a educação tem, desde sempre, uma relação estreita com a sociedade, tanto que uma e outra se influenciam mutuamente. A educação tem um sentido amplo e um sentido estrito. Em sentido estrito, refere-se especialmente à educação regular; em sentido amplo, abrange todos os tipos de educação, incluindo a educação regular e a educação contínua, sendo que esta segunda, desde os seus primórdios, desde o início da sociedade humana, tem uma história mais longa do que a primeira.

A base teórica da educação contínua tem origem na ideia de “educação permanente”, apresentada pelo famoso educador francês, Paul Lengrand. Em Dezembro de 1965, na Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que teve lugar em Paris, Paul Lengrand apresentou um relatório académico com o tópico da educação permanente. Entendia ele que, durante centenas de anos, a vida individual se dividia em duas partes, a primeira parte passa o tempo a educar, a segunda a trabalhar, o que, diga-se, não tinha qualquer fundamento científico, pois a educação deve ser um processo que decorre durante toda a vida da pessoa, pelo que devem existir organizações

* Doutor em Administração Pública; director do Instituto de Investigações Académicas Internacionais (Macau).

educativas integradas. A educação, no futuro, deve proporcionar, da melhor forma possível e a qualquer momento, os conhecimentos e as competências necessárias a cada pessoa que delas precisar. Nesta conferência o termo “l'éducation permanente” foi traduzido para inglês “lifelong education”, sugerindo que fosse aprovado o princípio da educação permanente pela UNESCO. Em 1965, Paul Lengrand propôs a ideia da educação permanente no seu livro *Introdução à Educação Permanente*. Posteriormente, escreveu outras obras, nomeadamente *Educação de Adultos e Educação Permanente* (1969), *Questões sobre Educação Permanente* (1970), em conjunto com a UNESCO, para promover entusiasticamente a educação permanente e organizar uma série de actividades. Por certo que a teoria da educação permanente constitui, de algum modo, o fundamento para o desenvolvimento da educação contínua.

Hoje em dia, criar um sistema educativo permanente é o objectivo comum da educação e do desenvolvimento social em todo o mundo, a educação contínua é uma parte integrante da educação permanente; para manter o desenvolvimento sustentável da sociedade e elevar o poder nacional abrangente, muitos países desenvolvidos promovem activamente a educação contínua, para que a mesma se torne uma tendência e os países desenvolvidos se inclinam para a mesma. Observando a história da educação em todo o mundo, vemos que a educação contínua já tem uma história de desenvolvimento, resultados devidamente investigados e um sistema relativamente maduro nos países desenvolvidos, tendo-se tornado numa parte integrante importante do sistema educativo moderno, ampliando e complementando a educação regular. Nos nossos dias, o direito à educação está basicamente garantida por lei. Por exemplo, nos termos do artº 26º, nº 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.” O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais enfatiza ainda que a educação secundária e de nível superior deve ser implementada progressivamente de modo

gratuito. Para assegurar o desenvolvimento da educação contínua, o Reino Unido, os EUA, a França, a Alemanha, o Japão, a Coreia do Sul e outros países estabeleceram leis e regulamentos sobre a educação contínua.¹ Falando honestamente, o desenvolvimento da educação contínua nos países desenvolvidos é inseparável do sistema jurídico perfeito e estas poderosas garantias legislativas dão grande apoio à educação contínua.

Sendo certo que a educação em Macau tem origens muito antigas, devido à atitude negligente do governo português de Macau sobre a educação no longo prazo, a educação em Macau sofreu grave atraso, até à segunda metade da década de 70 do Século XX. Devido à ocorrência da Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, à política de Abertura e Reforma na China, ao estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal em 1979 e à assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa em 1987, a educação sofreu grandes reformas, experimentando desde o processo de não intervenção, ao apoio financeiro e depois ao apoio legislativo. Após o retorno de Macau, com a promulgação da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, a educação contínua ficou formalmente garantida e protegida pela lei.

É inegável que a Lei n.º 9/2006 ofereceu o respectivo conceito e orientação prática para o desenvolvimento futuro da educação contínua não superior de Macau durante mais de dez anos após a sua promulgação. Nos últimos anos, com o desenvolvimento rápido da economia e da sociedade de Macau, a educação contínua ganhou cada vez mais atenção. Assim, por meio deste texto pretendemos analisar a evolução histórica da educação contínua não superior de Macau, discutir o seu estado actual e aprofundar o valor do seu desenvolvimento.

¹ Quanto a leis e regulamentos da educação contínua estabelecidos pelos países europeus e americanos, e outros, vide Leong Man Wai, *Estudo de Estratégia de Desenvolvimento Criativo e de Sistema Assegurador da Educação Contínua de Macau*, Beijing, China Social Sciences Press, 2013, pp. 54-84.

II. Evolução histórica da educação contínua não superior de Macau²

Macau é a primeira cidade da China aberta ao exterior, um território de encontro das culturas chinesa e ocidental em mais de 400 anos, detentora de um particular fundo histórico e cultural. A origem da educação oriental e ocidental tem afluentes em Macau. Em meados do Século XVI, os ocidentais, principalmente os portugueses, aportaram a Macau; a educação de Macau progrediu gradualmente desde a aplicação do regime de exame imperial feudal até à modernidade, criou o precedente da educação oriental, construiu um perfeito ambiente de coexistência multicultural, autónomo e flexível, livre e aberto, com um posicionamento claro.³ Sendo a primeira cidade aberta da China, ao compararmos actualmente com a China interior, a história do desenvolvimento educativo de Macau tem certas diferenças e particularidades; a educação contínua

² Este capítulo tem como base a análise dos seguintes materiais (salvo os materiais documentais, com a indicação especial das fontes):

- 1) Lau Sin Peng, *História da Educação de Macau*, Macau, Associação de Publicações de Macau, 2007;
- 2) Feng Zengjun, *Introdução à Educação de Macau*, Guangzhou, Guangdong Education Publishing House, 1999;
- 3) Cheong Sut Lin, *Sistema Educativo e Direito de Protecção à Educação de Macau*, Macau, Fundação Macau, Social Sciences Academic Press (China), 2015;
- 4) João Baptista Manuel Leão, “Retrospectiva à Educação de Adultos de Macau”, in Shan Wenjing e Lam Fat Iam, *Seleção de Estudos de Ciências Sociais e Humanas de Macau (Volume da Educação)*, Beijing, Social Sciences Academic Press (China), 2009, pp. 399-418;
- 5) Leong Man Wai, *Estudo sobre a Estratégia de Desenvolvimento Criativo e o Sistema Assegurador da Educação Contínua de Macau*, Beijing, China Social Sciences Press, 2013, pp. 96-105.

³ Kou Seng Man, “Reflecções sobre a política de talentos e o desenvolvimento da educação de Macau sob as ‘Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau’ ”, Kou Seng Man, *Modelo de Desenvolvimento e Caminho de Progresso de Macau sob a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e no contexto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*, Macau, Editor de Ciência, Educação e Cultura, 2019, p. 102.

não superior de Macau está num estado de dualidade de duas camadas, promovido juntamente pelo governo e pela sociedade civil e garantido juntamente pelo poder político e pelo capital. Este texto pretende estudar a evolução histórica da educação contínua não superior de Macau, o desenvolvimento da educação contínua por parte da sociedade civil e do governo e o desenvolvimento das políticas e das associações de educação contínua.

1. Desenvolvimento da educação contínua por parte da sociedade civil

A educação dos chineses de Macau nos primórdios teve como objectivo a participação no exame imperial e na alfabetização e também a satisfação das necessidades diárias ou os ensinamentos ao povo para criar bons costumes. Na altura, embora Macau fosse uma pequena aldeia de pescadores, as actividades comerciais e de negócios eram cada vez mais frequentes e os residentes tinham certas necessidades de educação. De acordo com a tradição chinesa de dar importância à educação, as famílias ricas contratavam professores privados e as famílias menos abastadas enviavam os filhos para as escolas privadas ou para as escolas criadas pelos templos, para os templos mais antigos ou para as comunidades. As ruínas da “Casa de Estudo Wong Dong Jeong”, perto do Templo de Kun Iam Tong, sito na Avenida do Coronel Mesquita e as ruínas do Posto de Guarda-Nocturno no Templo Tou Tei do Patane, são provas históricas da educação feudal chinesa em Macau. Por outro lado, com a vinda dos navios comerciais portugueses, os missionários ocidentais também chegaram a Macau, tendo por missão criar bases para a educação missionária em Macau. Segundo investigações, os jesuítas e a sua ordem católica chegaram mais cedo a Macau, aqui criando a Escola da Madre de Deus em 1565, fundando a primeira instituição universitária de estilo ocidental na Ásia Oriental – o Colégio de São Paulo em 1594, bem como o Seminário de São José em 1727. Os missionários estudaram a língua e a cultura chinesa em Macau para posteriormente pregarem a religião em outros locais da China. A educação missionária ocidental não só criou muitos sinólogos, como também estimulou o intercâmbio cultural entre o Oriente e o

Ocidente. Pode dizer-se que a educação feudal chinesa e a educação missionária ocidental, na fase inicial de Macau, constituem as origens da educação contínua não superior de Macau.

A implantação da República Portuguesa em 1910 e da República da China em 1911 trouxeram novas oportunidades à educação de Macau. Várias reformas educativas importantes nos primeiros anos da República da China exerceram a sua influência em Macau e na China continental. Por exemplo, o “regime 1912 e 1913”, elaborado e publicado pelo governo republicano da China, incentivou o desenvolvimento educativo em todo o país, especialmente impulsionou o desenvolvimento do ensino da língua chinesa; ao mesmo tempo, os intelectuais pioneiros transformaram as escolas antigas em escolas novas e criaram cursos profissionais de contabilidade, língua inglesa, língua portuguesa, etc.

Apesar de Macau se ter tornado num porto há mais de 400 anos, devido à sua economia relativamente atrasada e à negligência do governo português de Macau sobre a educação a longo prazo, a acção educativa de Macau desenvolveu-se muito lentamente durante séculos, de forma que a qualidade da população de Macau era relativamente baixa. A educação contínua não superior moderna de Macau tem a sua origem na história da educação dos adultos nos meados do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial. Devido à neutralidade política de Macau, muitos intelectuais da China interior e de Hong Kong vieram para Macau; muitos deles haviam recebido ensino superior e criaram cursos de negócios e de mandarim, depois da guerra. Uma vez que havia uma grande necessidade de educação dos adultos, surgiram várias escolas nocturnas e escolas de negócios e de línguas.

No início da década de 40 do século XX, Macau começou a desenvolver a educação de adultos. Na altura, a maior parte dos cidadãos de Macau não tinha recebido a educação regular, o nível cultural geral da população era relativamente baixo, algumas associações civis, tais como a Federação das Associações dos Operários de Macau, a Associação Comercial de Macau e a Associação Geral das Mulheres de Macau, organizaram aulas e escolas de alfabetização e de letras nas

diferentes comunidades, para elevar o nível cultural do público. Entre estas, a Escola Seong Fan, criada pela Associação Comercial de Macau em 1947, teve maior dimensão. No início ofereceu cursos de negócios, destinados aos trabalhadores da área comercial, para eles dominarem as técnicas e práticas comerciais; foram sucessivamente organizados cursos de ábaco, de escrituração, de mandarim e cursos de língua chinesa, de língua inglesa, de história e de matemática, entre outros, com os horários das aulas à noite ou durante as férias. Além disso, a Associação Comercial de Macau criou a Escola de Letras Peng Man da Ilha Verde (actual Escola Ilha Verde) em 1951 para fins de alfabetização. Após a implantação da RPC em 1949, as associações chinesas, muito devotas à pátria, preocupavam-se com a sociedade. Perante o grave problema da não continuação dos estudos, integraram os serviços educativos nas actividades importantes das associações, de modo que fosse incentivada a popularização da educação contínua.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, com a mudança dos tempos e devido à transformação da indústria económica, ao desenvolvimento cultural e ao aumento das necessidades de recursos humanos para o sector industrial e comercial de Macau, a educação dos adultos entrou também num novo constante alargamento da área educativa e do aumento gradual da posição da educação, passando a educação dos adultos a chamar a atenção da sociedade. Nessa altura, no sector civil surgiram vários cursos relevantes relacionados com os negócios, os cursos educativos passaram o seu foco das aulas de letracia para as aulas de línguas e de prática de negócios; a educação dos adultos passou a abranger aulas de inglês, música, arte, culinária, negócios, informação, engenharia, etc., sendo o objectivo da educação dos adultos a sua alfabetização para o cultivo e o aperfeiçoamento profissional, exigindo esta mudança elevação dos conteúdos e do tipo de educação dos adultos. Assim, a fundação da Academia de Música S. Pio X em 1962, o Instituto Tutorial de Inglês Lei Kam Tao em 1968, a Escola de Culinária de Macau em 1976, o Real Instituto Kin Lek e a Escola de Negócios de Macau em 1978 e o Conservatório de Macau em 1979, entre outros, proporcionaram apoio ao desenvolvimento da educação contínua. Devido à negligência do governo português de Macau sobre a educação, antes da década

de 80 do século XX, a educação de Macau estava viciada em fenómenos como regime imperfeito, estrutura irrazoável, qualidade de ensino desigual, estado de educação incapaz de se adaptar e satisfazer as necessidades de educação da sociedade de Macau.

A partir da década de 80 do século XX, com o desenvolvimento da manufactura têxtil e da política de Reforma e Abertura da China interior, foram explorados e desenvolvidos serviços com alto nível de valor acrescentado nas áreas bancária, seguradora e imobiliária, etc.⁴ Por outro lado, o número de novos emigrantes da China interior aumentava substancialmente, a necessidade de talentos em Macau cresceu rapidamente, o governo português de Macau começou a dar importância à gestão da educação para criar mais talentos e a educação contínua também entrou numa nova fase. Para compatibilização com as necessidades de desenvolvimento social e de adaptação às necessidades dos trabalhadores dos diversos sectores, a Federação das Associações dos Operários de Macau criou o Centro de Estudos Permanentes Pós-Laboral, para dar educação gratuita aos adultos e organizar cursos de línguas, de computador, de negócios e outros. Na fase inicial, os cursos foram divididos em três categorias, nomeadamente línguas chinesa e estrangeiras, técnicas profissionais e passatempo e arte, tendo posteriormente melhoraram em termos curriculares, de pessoal docente, de equipamentos, etc. Este Centro ainda colaborou com os órgãos governamentais de Macau, da China interior e de Hong Kong, com as instituições de ensino superior, com os empreendimentos industriais e comerciais e com as associações sociais, no sentido da organização de diversos tipos de cursos de formação, os quais tiveram bons resultados. Com a fundação da Escola do Ensino Técnico e Televisão de Macau e do Instituto Tutorial de Inglês Chi Yuen em 1982, da Escola de Musculação de Macau, da Escola de Dança Choi Hio Meng, da Escola de Obras de Construção de Macau em 1983, da Escola de Ballet Hong Peng Wa, da Associação de Artes e Pintura “Hang Ian” de Macau e

⁴ Kwan Fung e Che Hon Kuong, “ ‘Uma Faixa , Uma Rota’ e Oportunidades de Desenvolvimento de Macau”, *Jornal San Wa Ou*, 11 de Agosto de 2016.

do Centro de Aprendizagem de Contabilidade Leng Kuan em 1984, demonstrou-se que a educação contínua entrou numa fase de desenvolvimento substancial.

Tabela 1: Escolas de ensino não superior de Macau que oferecem cursos de ensino recorrente

Nome de escola	Tipo de escola	Nível
Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	Público	Ensino secundário
Escola Primária Oficial Luso-Chinesa "Sir Robert Ho Tung"	Público	Ensino primário
Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes	Público	Ensino secundário
Escola Secundaria Millennium	Privado	Ensino secundário
Escola Seong Fan	Privado	Ensino secundário
Escola São João De Brito	Privado	Ensino primário e secundário
Escola Secundária Nocturna Xin Hua	Privado	Ensino secundário
Escola Estrela do Mar	Privado	Ensino secundário
Escola Técnica da Federação das Associações dos Operários de Macau	Privado	Ensino secundário
Sheng Kung Hui Escola Choi Kou (Macau)	Privado	Ensino secundário
Colégio Diocesano de São José, 6ª Escola	Privado	Ensino secundário

Antes e depois do retorno de Macau, com o progresso da localização dos quadros de funcionários públicos e do bom desenvolvimento económico de Macau, a sociedade teve necessidade premente de talentos, o que levou a educação contínua a enfrentar novas oportunidades de desenvolvimento e a tornar mais evidente a premência da educação recorrente. Até Junho de 2020, existem 11 escolas de ensino não superior que fornecem cursos de educação recorrente, incluindo 3 escolas públicas, 8 escolas privadas, que respectivamente oferecem ensino primário e secundário (Tabela 1); por outro lado, há 569 instituições privadas de ensino contínuo, fornecendo cursos de negócios, gestão, tradução, teatro, dança, acrobacia, sociedade, ciência comportamental, belas artes, desenho, música, cuidados de saúde, ciência informática, matemática, estatística,

engenharia, indústria de engenharia, formação de professores, turismo, convenções e exposições, arte de caligrafia, pintura e gravura, artes audiovisuais, direito, religião, teologia, filosofia, educação familiar, etc.⁵ Pelos vistos, a educação contínua de Macau é dotada de características de diversificação, atende às necessidades reais da sociedade e contribui para melhorar a qualidade cultural dos residentes.

2. Desenvolvimento da educação contínua por parte do governo

Os serviços do governo que ministram educação contínua aos residentes, são principalmente a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) e o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM).

1) Desenvolvimento da educação contínua ministrada pela DSAL

Apesar de o governo português de Macau ter começado a dar a importância à gestão da educação e aumentado o investimento na educação contínua desde a década de 80 do século XX até o retorno de Macau, não foram obtidos grandes resultados e efeitos, provavelmente por causa dos impedimentos derivados de questões originadas outrora, em termos de mecanismos educativos e de falta de clareza de posicionamento da estrutura educativa; por exemplo, a então Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a então Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego tinham parte das funções sobrepostos em termos de vigilância, promoção e desenvolvimento da formação profissional e definição não muito clara do âmbito de algumas funções, de maneira que os recursos e os fundos não se conseguiram compatibilizar com o desenvolvimento das organizações educativas. Perante as mudanças na estrutura laboral social e o constante desenvolvimento do mercado laboral, o governo de Macau entendeu que seria melhor o Centro de Formação Profissional ficar sob a tutela da então Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego. Assim, esta assumiu a administração do Centro

⁵ Instituições de ensino privado (educação contínua), vide https://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/category/teachorg/Inter_main_page.jsp?id=43611

de Formação Profissional em 1992, estando actualmente este Centro sob a tutela do Departamento de Formação Profissional, tendo como funções promover a cooperação técnica e a troca de informações com outros organismos na área da formação profissional, fazer a conciliação entre as tendências e as estratégias de desenvolvimento dos cursos e as acções de formação profissional, organizar cursos e acções de formação em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho e definir um padrão para os certificados de qualificação profissional.⁶ Os cursos de formação profissional que actualmente ministra incluem um plano de formação pré-emprego, um plano de formação sobre técnicas de manutenção de equipamentos, um plano de formação para chefes de cozinha da indústria hoteleira e de *catering*, um plano de formação de emprego e elevação das capacidades, um curso de formação para motoristas de veículos pesados de mercadorias (categoria C) e um curso de formação para motoristas de veículos pesados de passageiros (categoria D2). De igual modo, realiza testes e faz avaliação das habilitações.⁷

Em 2020, para compatização com o governo da RAEM no aumento do investimento em infraestruturas e obras públicas e no reforço das medidas sobre consumos e outras substâncias, tendo em consideração os dados sobre vagas profissionais, no respeito pelo princípio “ser melhor ensinar a pescar do que a dar peixes”, a DSAL iniciou um “plano de formação de emprego e elevação das capacidades” e lançou, no que se refere à formação subsidiada, projectos de formação sobre “construção e manutenção de equipamentos”, “máquinas pesadas”, “catering”, “vendas a retalho”, “serviços de cuidados com o pessoal” e “hoteraria”, com um subsídio máximo é MOP 6.656,00. Os participantes puderam dominar as habilitações exigidas e aumentar as oportunidades de emprego, através de formação, num curto período de um mês, sobre capacidades profissionais.

⁶ Funções do Departamento de Formação Profissional da DSAL de Macau, vide https://www.dsal.gov.mo/zh_tw/standard/train_unit.html

⁷ Cursos de formação profissional da DSAL de Macau, vide https://www.dsal.gov.mo/zh_tw/standard/train_curriculum.html

Actualmente, os diversos tipos de cursos de formação continuam a aperfeiçoar-se constantemente, para se atingirem os objectivos das acções governativas sobre o reforço da competitividade no emprego dos residentes e para melhorar a qualidade dos talentos no mercado.

2) Educação contínua ministrada pelo Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM)

O CPTTM foi fundado em 1996, tendo como uma das suas principais funções dar formação profissional. A missão do CPTTM é apoiar as empresas a utilizar efectivamente novas ideias conceptuais, informações e recursos, a fim de aumentar o valor acrescentado dos seus produtos ou serviços, por forma a promover a maior produtividade e a maior competitividade das empresas. Os objectivos do CPTTM são melhorar a posição competitiva e o crescimento e lucros a longo prazo das empresas existentes; estimular e apoiar, de forma selectiva, a formação e o crescimento de novos negócios; apoiar e ajudar os reinvestimentos locais, os investimentos estrangeiros e os projectos de *joint venture* em Macau; acelerar, bem ainda, o ritmo da diversificação industrial.⁸ Actualmente, o CPTTM tornou-se uma instituição de serviços abrangentes em formação profissional, testes e consultas sobre gestão empresarial e técnicas; a direcção dos trabalhos inclui promover serviços de apoio às pequenas e médias empresas, apoiar o empreendedorismo dos jovens, impulsionar a diversificação económica, incentivar a aplicação de técnicas informáticas, apoiar o desenvolvimento da indústria de vestuário, melhorar o nível de gestão e as técnicas das empresas, auxiliar as empresas locais a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento regional. Para combinar com a estratégia de diversificação adequada industrial do governo da RAEM e ajudar as empresas locais a adaptarem-se às mudanças económicas, o CPTTM tem vindo a fortalecer os seus serviços de consulta nas áreas da gestão e das técnicas, por exemplo, na aplicação de técnicas de vestuário, na aplicação de técnicas informáticas, nos serviços de

⁸ Sobre o CPTTM, vide <https://www.cpttm.org.mo/about/>

intermediação para as pequenas e médias empresas, nas consultas sobre gestão, na pesquisa de padrões e na divulgação de informações, etc.

O CPTTM organizou 1102 projectos de formação (cursos e seminários /workshops) em 2018, registou 21.375 participantes e um total de 23.869,75 horas de aulas. Comparando com o ano 2017, o número de participantes registou um aumento de 12,3%. Entretanto, constatou-se o aumento de dois dígitos no número dos participantes das 4 categorias dos cursos de formação registados pelas instituições. Além dos cursos de formação de 4 áreas profissionais, nomeadamente gestão e operação, técnicas de informação, moda e criatividade, linguagem de negócios, o CPTTM lançou ainda o “Plano de Melhoramento da Competitividade Sectorial Global – Projecto de Formação de Recursos Humanos”, em design, preparação e apoio financeiro dos currículos, programa este que visa estimular as associações profissionais do sector industrial, comercial, financeiro e outros a organizar cursos para as pequenas e medias empresas dos respectivos sectores, para melhorarem a sua capacidade de gestão, as suas operações e técnicas, afim de enfrentarem os novos ambientes do sector, contribuindo assim para a diversificação adequada da economia de Macau e para o seu papel como plataforma de serviços comerciais entre China e os países de língua portuguesa, bem como para a sua participação no desenvolvimento da zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.⁹

3) Educação contínua ministrada pela DSEJ

Em termos de educação recorrente, a educação primária recorrente mais antiga estava sob a tutela administrativa da Divisão de Educação Contínua da DSEJ, até o ano escolar de 1999/2000 e a instituição educativa era a Escola Primária Luso-chinesa de Tamagnini Barbosa, subordinada à DSEJ, passando a Escola Primária Oficial Luso-Chinesa "Sir Robert Ho Tung" a oferecer educação primária recorrente no ano escolar de 2001/2002 até aos nossos dias. A educação primária recorrente proporcionada pela Escola Primária Oficial Luso-Chinesa

⁹ *Relatório Anual do CPTTM*, vide https://www.cpttm.org.mo/cpttm/information/CPTTM_Report_2018.pdf

"Sir Robert Ho Tung" tem como objectivo permitir que os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos adquiram as habilitações literárias do ensino primário, para continuarem os estudos secundários e assim obterem mais facilmente emprego. A educação primária recorrente dispõe de dois meios para ser possível a aquisição do diploma - o "curso nocturno" e o "exame geral especial", que podem ser escolhidos conforme as necessidades reais de cada pessoa.¹⁰

A Escola Secundaria Luso-Chinesa de Luis Gonzaga Gomes vem organizando, desde 1999 e 2002, cursos de ensino secundário básico recorrente e de ensino secundário complementar recorrente, respectivamente, aplicando o regime de unidades disciplinares flexíveis e dividindo a formação em séries de unidades curtas, alterando a antiga forma de divisão do conteúdo dos estudos por ano escolar, por forma a que o estudo possa ser feito de uma só vez ou por períodos diferentes e satisfazer as necessidades de formação contínua dos adultos. Para satisfazer ainda mais as necessidades de educação contínua dos residentes de Macau, especialmente para permitir uma escolha mais flexível aos trabalhadores por turnos, a Escola acrescentou cursos diurnos, procurando dar oportunidades de formação aos residentes que disponham de diferentes naturezas de trabalho.¹¹

A Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional, fundada em 1998, proporciona cursos de ensino secundário técnico-profissional por unidades, aos residentes locais com idade igual ou superior a 16 anos, aos graduados do ensino secundário básico, incluindo cursos sobre técnicas administrativas e comerciais, técnicas informáticas, técnicas de electromecânica de manutenção industrial, serviços sociais (em conjunto com Caritas de Macau) e culinária (em conjunto com o Instituto de Formação Turística de Macau). Após conclusão dos cursos, os alunos receberão o diploma de graduação do ensino secundário complementar e o certificado das habilitações profissionais, uma vez que os cursos em regime de

¹⁰ Sobre a educação primária recorrente, vide <http://www.eslc.k12.edu.mo/Homepage/esr/index.htm>

¹¹ Ensino secundário recorrente da Escola Secundária Luso - Chinesa de Luis Gonzaga Gomes, vide <http://www.eslc.k12.edu.mo/Homepage/esr/index.htm>

unidades teve maior flexibilidade e nenhum limite de horas de estudo, podendo os inscritos estudar por fases, conforme a situação dos seus postos de trabalho, especialmente para os que trabalham por turnos.¹²

Actualmente, a educação recorrente de Macau divide-se em ensino primário recorrente, ensino secundário básico recorrente e ensino secundário complementar recorrente; entretanto este último abrange o curso técnico-profissional. De acordo com as informações básicas das escolas do ano escolar de 2018/2019, há 11 escolas de ensino recorrente, das quais 3 escolas são públicas, frequentadas por 244 alunos e dispendo de 9 professores.

3. Desenvolvimento da política de educação contínua

Muitos países compreenderam a importância do desenvolvimento da educação e fizeram grandes investimentos na acção educativa; aliás, Macau só começou a estudar o desenvolvimento da educação a partir da década de 70 do século XX, o que constituiu a principal causa do relativo atraso do sistema educativo.¹³ Na década de 90 do século XX, Macau começou a prestar atenção à educação contínua. A Lei n.º 11/91/M - Sistema Educativo de Macau, publicada no dia 16 de Agosto de 1991, é uma importante lei educativa de Macau, que constitui a base da legislação educativa, segundo a qual, o regime educativo é dividido em 8 modalidades, nomeadamente, ensino infantil, ano preparatório para o ensino primário, ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino especial, ensino para adultos, ensino técnico-profissional. Posteriormente, o Decreto-lei n.º 32/95/M, que estabeleceu o quadro geral da organização e desenvolvimento da educação de adultos nas vertentes de ensino recorrente e de educação contínua e social, dividiu a educação de adultos em duas vertentes, nomeadamente ensino recorrente e educação contínua.

¹² Sobre a Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional, vide http://www.elctp.k12.edu.mo/elctp/?page_id=5

¹³ Si Un Hong e O Lai Heong, “A Importância da Educação Contínua em Macau- Revelação do Estudo sobre Resultados Educativos”, *Revista de Administração Pública de Macau*, n.º 97, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, 2012, p. 851.

Após o retorno de Macau, o governo de Macau tem-se empenhado na concretização das linhas de acção governativa e em “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” e “Construir Macau através da formação de talentos”, para elevar a qualidade da população de Macau e reforçar a competitividade da RAEM. Nos últimos anos, devido ao rápido desenvolvimento económico e social de Macau, a educação contínua está a enfrentar o desafio da transformação social e da modernização, tendo assumido a grande responsabilidade de construir a sociedade da aprendizagem e o sistema de estudo permanente, ganhando a educação contínua cada vez mais atenção. Com a promulgação da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, o termo “educação contínua” aparece formalmente nos artigos jurídicos de Macau; a partir daí, a educação de Macau divide-se em duas modalidades, nomeadamente a educação regular e a educação contínua, prevendo-se que a educação contínua diz respeito a todas as actividades educativas não integradas na educação regular, incluindo a educação familiar, o ensino recorrente, a educação comunitária, a formação profissional e outras actividades educativas.

Além disso, para criar condições favoráveis à aprendizagem permanente, incentivando os residentes da RAEM a participar, com o objectivo de elevar as suas qualidades e competências individuais, em acções de aperfeiçoamento contínuo ou na obtenção de qualificações, articulando-se com o desenvolvimento diversificado da economia e das indústrias, bem como com a criação de uma sociedade de aprendizagem, o governo da RAEM lançou o “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo” em 2007, podendo os residentes utilizar o subsídio para participarem em cursos de educação contínua, de ensino superior ou em exames de credenciação locais e no exterior. Desde o lançamento do Programa em 2011, já foram realizadas 3 fases, tendo na 3ª fase sido registada a participação de 180 mil residentes locais e utilizado 450 mil vezes o subsídio no montante total de 850 milhões e a participação de 480 instituições; foram aprovados mais de 100 mil cursos técnicos profissionais e de artes liberais e

executados em média 2 mil cursos mensalmente, estando a autoridade competente a preparar o lançamento da próxima fase do Programa.¹⁴

4. Desenvolvimento das associações de educação contínua

As associações de educação contínua têm como função principal promover o desenvolvimento da educação contínua e desempenham um importante papel nesta área da educação contínua. Falando honestamente, para atingir um alto grau de profissionalismo, é preciso depender das associações de educação contínua de diversos tipos para organizar actividades. Ao observarmos a história do desenvolvimento das associações de educação contínua, diremos não ser muito grande o número destas associações, as quais poucas mudanças têm sofrido.

Na área da educação de adultos, além das instituições ou centros de educação de adultos criados espontaneamente no sector civil, há ainda algumas associações de educação de adultos que se empenham em desenvolver a sua educação e promover o desenvolvimento económico e cultural de Macau. Por exemplo, a Associação de Educação de Adultos de Macau, criada formalmente em Setembro de 1984, no início da sua fundação teve como objectivo principal promover a ideia da educação dos adultos e do estudo permanente, respectivamente, prestando atenção à educação cívica, à formação de técnicos sociais, à alfabetização, à educação sobre protecção ambiental, à formação profissional, à educação laboral, à educação das mulheres e dos emigrantes estrangeiros, etc., organizando também seminários e fóruns internacionais em Macau, com vista a promover o desenvolvimento da educação dos adultos. Posteriormente, em Fevereiro de 1996 foi fundada por 30 indivíduos de Macau a Associação de Educação de Adultos de Macau, que se interessaram pelos trabalhos da educação dos adultos. Esta associação teve por objectivo, através de investigações, incentivar o potencial de estudo dos adultos, enriquecer as suas competências próprias para responderem à necessidade da sociedade e encorajá-los a participar activamente no desenvolvimento social, económico e cultural. Através de formação adequada, foi

¹⁴ “Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo da 4ª fase. Subsídio de 6 mil”, *Jornal Hou Kong*, 14 de Janeiro de 2020.

possível elevar a sua consciência em estudos permanentes e a sua capacidade de trabalho elevando, em consequência, os padrões de vida e divulgando a história local e o contexto cultural especial de Macau, para que o interior e o exterior do país pudesse ter um maior e melhor conhecimento sobre Macau. A Associação, nos seus trabalhos, dá a importância à teoria e à prática; para além de reforçar os contactos e o intercâmbio com outras organizações de educação de adultos de outros locais, a Associação também organiza palestras temáticas e fóruns sobre diferentes áreas, bem como organiza vários colóquios internacionais sobre educação e vários cursos de formação para os trabalhadores dos serviços, procurando melhorar os conhecimentos profissionais e as competências dos talentos de que a sociedade de Macau necessita, para que estes possam seguir as tendências do mundo. A Associação publica mensalmente o Jornal da Educação de Adultos e pelo menos dois livros sobre a sociedade, a educação, a cultura e arte de Macau por ano, para promover o desenvolvimento e o intercâmbio da educação dos adultos locais.

Há, ainda, duas associações de educação contínua, cujos nomes se anotam. Uma delas é a Macao Society of Continuing Education, fundada em Novembro de 2011, que tem por objectivo elevar o nível profissional, promover activamente o desenvolvimento saudável da acção educativa contínua e contribuir para a criação de talentos de Macau;¹⁵ a outra é a Associação das Instituições Privadas de Educação Contínua de Macau, fundada em Dezembro de 2018, que tem objectivo promover a amizade, a solidariedade e o auxílio mútuo no sector, criar pontes de comunicação para o sector, elevar a qualidade do pessoal do sector da educação contínua e lutar pelos respectivos direitos do sector.¹⁶

Além disso, a Macao Association of Staff and Workers Education and Vocational Training, a Associação de Formação Profissional e Aprendizagem Permanente de Macau, a Macau Mature Parenting Livingroom Family Education

¹⁵ Estatuto da Associação da Educação Contínua de Macau, vide https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2011/46/antotariais_cn.asp#703

¹⁶ Estatuto da Associação de Instituições de Educação Contínua Privadas de Macau, vide https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2018/51/antotariais_cn.asp#1124

Association, a Associação de Educação de Amor e Crescimento, Families' Well Being Association Macau, a Associação para a Família e o Acompanhamento das Crianças, entre outras, em conjunto promovem o desenvolvimento da educação contínua.

III. Estado actual do desenvolvimento da educação contínua não superior de Macau

De acordo com as leis e as disposições vigentes de Macau, a educação contínua não superior de Macau abrange actualmente a educação familiar, o ensino recorrente (incluindo o ensino recorrente primário, o ensino secundário básico recorrente e o ensino secundário complementar recorrente), a educação comunitária, a formação profissional e outras actividades educativas. Em termos do seu estado actual e das tendências do seu desenvolvimento, são formas principais a educação familiar, o ensino recorrente e a formação profissional.

1. Educação familiar

A educação familiar é a base da implementação da educação contínua, uma vez que a família é o fundamento da sociedade, a qual assume as principais funções sociais, tais como a continuação das gerações, a alimentação das crianças e o apoio sentimental entre os membros da família, a transmissão dos valores sociais, etc. Pelo que, a promoção e o aperfeiçoamento da educação familiar é parte importante e indispensável da educação contínua.

Nos termos do art.º 14 da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, “a educação familiar é aquela que é desempenhada pelos membros da família, nomeadamente a que os encarregados de educação proporcionam aos menores, constituindo a família, como primeira e permanente entidade educativa, a promotora do desenvolvimento integral do indivíduo e do bem-estar social.” Actualmente, o governo promove o desenvolvimento da educação familiar através da colaboração entre os serviços e entidades privadas.

Em 1993, o governo português de Macau promulgou o Decreto-lei n.º 72/93/M, que regula a actividade das associações de pais e encarregados de educação, no qual são previstos os direitos e os deveres das associações dos pais. Nos termos do art.º 6º, no. 1, constituem direitos das associações de pais: a) pronunciar-se sobre aspectos gerais da política educativa e, em especial, sobre as actividades e projectos dos estabelecimentos de educação a que estejam directamente ligados; b) apoiar as actividades de acção social escolar; c) participar, nos termos dos respectivos estatutos, nas reuniões dos órgãos pedagógicos dos estabelecimentos de educação, desde que aí não sejam tratados assuntos de carácter confidencial; d) participar na organização de actividades que promovam uma melhor ligação entre o estabelecimento de educação e a comunidade; e) tratar junto dos estabelecimentos de educação de assuntos que digam respeito aos filhos e educandos dos seus associados, quando mandatados por estes.

Para incentivar mais o desenvolvimento da educação familiar, foi publicada em 1998 a Portaria n.º 236/98/M, que cria um Centro de Actividades Educativas da Taipa. O Centro de Actividades Educativas da Taipa foi criado pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, o qual tem, entre outras, as seguintes atribuições: a) oferecer um espaço de convívio e de ocupação dos tempos livres; b) criar condições para que jovens, nomeadamente os de idade escolar, possam desenvolver actividades com e para a comunidade; c) desenvolver, por si ou apoiado em associações, actividades educativas e formativas numa perspectiva de complementaridade à acção da família e da escola; d) estimular, em colaboração com outras instituições, actividades de carácter educativo e cívico destinadas a jovens e a adultos. Tem por objectivo oferecer um espaço para organizar actividades educativas e recreativas para indivíduos de idades e camadas diferentes, especialmente para os pais, actividades estas de formação diversificadas, divulgar a noção da educação da família, para que os pais conheçam as atitudes e as técnicas do ensino para educar as crianças, e tornarem-se pais com bom desempenho. Os Centros organizam regularmente palestras, workshops, sessões de leitura, actividades para os filhos, planos de prémios para os pais e publicações como Pais Cem por Cento e o Jornal dos Centros, havendo

registos de participação de 25.944 pessoas nas actividades dos Centros¹⁷ durante o ano escolar de 2017/2018.

Além da DSEJ, o Instituto de Acção Social (IAS) e o seu antecessor, como órgão governamental que se responsabiliza pelos serviços sociais, tem desempenhado um papel importante no apoio às famílias carenciadas. A Lei n.º 6/94/M - Lei de Bases da Política Familiar, promulgada em 1994, pode dizer-se que é um marco histórico importante no desenvolvimento dos serviços familiares de Macau. Além de definir os objectivos da política familiar,¹⁸ esta lei ainda indica que a Administração incentiva a criação de centros de apoio familiar adaptados às condições e às necessidades locais, com o objectivo de assistir as famílias na resolução das suas dificuldades e melhorar o bem-estar pessoal e familiar, através da colaboração dos centros de apoio familiar e voluntariado.¹⁹ Ao mesmo tempo, esta Lei também define as funções compensativas e preventivas do regime de acção social para responder aos problemas familiares.²⁰

Por outro lado, as instituições civis desempenham um papel indispensável na educação familiar. Após meados da década de 90, muitas associações tradicionais recebiam financiamentos do governo para criarem centros de serviços familiares ou comunitários em diferentes zonas. De acordo com o Relatório de Trabalho de 2018 do IAS, um total de 50 instituições civis continuaram a participar no programa “Mês de Família Feliz” em 2018, organizando um total de 191 actividades. Transmitiram a mensagem de “Macau Saudável, Família Feliz”, através da organização de uma série de actividades com características diferentes e repletas de sentido educativo em diversas zonas. As actividades são dotadas de ricos conteúdos e formas diversificadas, tendo respectivamente unidades temáticas de educação filial, de crescimento pessoal e de apoio mútuo, etc.; palestras temáticas de educação moral, pressão emocional e relação pessoal, etc.;

¹⁷ O Centro de Actividades Polivalentes do Lago entrou formalmente em funcionamento em Dezembro de 2013, pelo que, o número estatístico dos Centros de Actividades inclui o Centro de Actividades Educativas da Taipa e o Centro de Actividades Polivalentes do Lago.

¹⁸ Art.º 5 da Lei n.º 6/94/M - Lei de Bases da Política Familiar.

¹⁹ Art.º 12 da Lei n.º 6/94/M - Lei de Bases da Política Familiar.

²⁰ Art.º 18 da Lei n.º 6/94/M - Lei de Bases da Política Familiar.

workshops temáticos de comunicação filial, planeamento de carreiras, segurança pessoal, etc.; concursos de quebra-cabeças, desenho de slogans, recolha de nomes, etc.; além disso, também houve actividades características de propaganda, tais como carnaval, balcões de rua, procissões e visita às famílias carenciadas, aos idosos morando sozinhos e a lares de crianças. As actividades destinaram-se a casais, a pais e filhos, a crianças e adolescentes, tendo-se registado um total de mais de 39.119 pessoas.²¹

Em relação à educação familiar de Macau, o investigador do Instituto de Estudos de Desenvolvimento de Guangzhou da Universidade de Guangzhou, Luo Feng, criou o sistema para avaliação da educação familiar, tendo referências a opiniões de peritos da China interior e do exterior, incluindo 8 índices, nomeadamente relação familiar, condição familiar, modo de vida familiar, qualidade moral familiar, qualidade cultural familiar, valor da educação familiar, conteúdo da educação familiar, métodos de educação familiar, de acordo com as quais foi desenhado um questionário para investigar o estado actual da educação familiar dos alunos do ensino secundário de Macau. A investigação demonstra que após o retorno de Macau a economia desenvolveu-se prosperamente, a vida dos residentes foi melhorada, é praticada a “governança pelas gentes de Macau” na política, os chineses tornaram-se a parte dominante na administração e a sociedade progrediu a olhos vistos. Neste bom contexto social e com o esforço de todos os sectores, a educação familiar de Macau tem experimentado algumas mudanças positivas, mas ainda tem insuficiências; por exemplo, a educação familiar actual é insuficiente para satisfazer as exigências do desenvolvimento social sobre o crescimento das novas gerações, observando-se distâncias na educação familiar de Macau, de Hong Kong, Guangzhou e de Zhuhai, entre outras cidades.²² Assim, é urgente e necessário analisar e discutir profunda e sistematicamente e apresentar uma série de propostas viáveis.

²¹ *Relatório de Trabalho 2018*, Macau, IAS de Macau, 2019, p. 18.

²² Luo Feng, “Investigação do Estado Actual da Educação Familiar de Alunos de Ensino Secundário de Macau”, *Boletim de Estudos de Macau*, n.º 49, Macau, Fundação Macau, Universidade de Macau, 2008, pp. 118-125.

2. Educação recorrente

A educação recorrente é parte integrante da educação contínua de Macau. O artigo n.º 15 da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, define-a concretamente assim “o ensino recorrente é aquele que é proporcionado aos educandos que não frequentaram ou não concluíram, com aproveitamento, na idade própria, a educação regular de nível correspondente.”

São objectivos do ensino recorrente: assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional; elevar o nível educativo da população adulta, atendendo ao desequilíbrio actual entre esta e outros grupos etários; eliminar, de forma sistemática, o analfabetismo.²³ O governo de Macau lançou o curso de educação recorrente no ano escolar de 1996/1997, o curso de ensino secundário complementar recorrente diurno e nocturno em 2005 e o sistema de subsídios à educação recorrente em 2007.

Actualmente, a educação recorrente de Macau divide-se em educação primária recorrente, educação secundária básica recorrente e educação secundária complementar recorrente, esta última abrangendo o curso de educação técnico-profissional. Segundo informações básicas das escolas, no ano escolar de 2018/2019 havia 11 escolas de educação recorrente, incluindo 3 escolas oficiais e 8 particulares, com 1.451 estudantes e 179 professores (Tabela 2).

²³ O Decreto-Lei n.º 32/95/M, estabelece o quadro geral da organização e desenvolvimento da educação de adultos nas vertentes de ensino recorrente e de educação contínua e social, art.º 4.

Tabela 2: Dados estatísticos da educação recorrente de Macau no ano escolar de 2018/2019

Modalidades		N.º de alunos										N.º de docentes				
		Ensino Primário		Ensino Secundário Geral				Ensino Secundário Complementar				Total	P	S	N	Total
		P6	PR	SG1	SG2	SG3	GR	SC1	SC2	SC3	CR					
Escolas Oficiais	A	-	78	-	-	-	51	-	-	-	115	244	7	2	-	9
	T	-	2	-	-	-	2	-	-	-	5	9				
Escolas Particulares	A	2	-	15	43	163	-	243	303	438	-	1.207	1	152	17	170
	T	1	-	2	4	9	-	14	20	23	-	73				
Total	A	2	78	15	43	163	51	243	303	438	115	1.451	8	154	17	179
		80		272				1.099								
		1.371														
	T	1	2	2	4	9	2	14	20	23	5	82				
		3		17				62					79			

Fonte: DSEJ, Resumo dos Dados Estatísticos do Ensino Não Superior 2019

N.B.: P6 - 6º ano da escola primária, PR - educação primária recorrente; SG1-SG3 - 1º - 3º anos do ensino secundário básico, GR – educação secundária básica recorrente; SC1-SC3 – 1º - 3º anos do ensino secundário complementar, CR - educação secundária complementar recorrente.

Observando os dados estatísticos da educação recorrente de Macau, o número total de alunos da educação recorrente de Macau subiu gradualmente nos primeiros 5 anos e ficou mais estável posteriormente, atingindo um máximo de 3.366 pessoas no ano lectivo de 2009/2010 e um mínimo de 1.451 pessoas no ano lectivo de 2018/2019.

O pessoal docente aumentou continuamente, passando a equipa de 106 pessoas na fase inicial para 179 pessoas no momento actual (Tabela 3).

Tabela 3: Dados estatísticos da educação recorrente de Macau ao longo dos anos

Ano lectivo	Números de alunos			Nº de turmas	Nº do pessoal docente
	Masculino	Feminino	Total		
1999/2000	1.555	1.332	2.887	72	106
2000/2001	1.793	1.360	3.153	77	114
2001/2002	1.814	1.355	3.169	80	122
2002/2003	1.890	1.468	3.358	85	126
2003/2004	1.952	1.491	3.443	89	150
2004/2005	1.749	1.356	3.105	76	124
2005/2006	1.661	1.394	3.055	77	127
2006/2007	1.539	1.331	2.870	73	133
2007/2008	1.641	1.326	2.967	83	129
2008/2009	1.683	1.235	2.918	85	135
2009/2010	2.003	1.363	3.366	88	153
2010/2011	1.893	1.268	3.161	86	164
2011/2012	1.640	1.066	2.706	87	150
2012/2013	1.452	960	2.412	84	173
2013/2014	1.264	861	2.125	83	182
2014/2015	1.187	818	2.005	83	172
2015/2016	1.156	781	1.937	81	170
2016/2017	1.073	723	1.796	82	175
2017/2018	1.035	658	1.693	80	178
2018/2019	891	560	1.451	82	179

Fonte: DSEJ, Resumo dos Números da Educação (Números da educação de 2009/2010; Resumo da educação de 2008/2009) e Resumo dos Dados Estatísticos do Ensino Não Superior de 2019

A educação recorrente de Macau é um complemento da educação regular e parte integrante da educação contínua. Devido à esforçada promoção dos serviços competentes, contribuiu bastante para a elevação da qualidade geral da população de Macau. No entanto, o número de alunos da educação recorrente de Macau é diminuto, diminuindo gradualmente e notando-se uma grande diferença em termos de idades e da base académica, sendo relativamente fracas as razões

invocadas para este tipo de estudo. Os professores da educação recorrente precisam de preencher os requisitos profissionais do ensino regular e ter experiência no ensino para adultos, bem como dispor de mais atenção e paciência, de trabalhar de dia e à noite, satisfazer os requisitos curriculares gerais e dedicar mais tempo e atenção à tutoria, depois da escola, do que no ensino regular, empenhando-se mais na correção das condutas e na formação dos hábitos dos alunos. Os alunos da educação recorrente de Macau têm habilitações académicas idênticas às dos da educação regular, os seus requisitos didáticos não têm grandes diferenças com os da educação regular, os professores da educação recorrente estão sujeitos aos mesmos requisitos de contratação que os da educação regular. Porém, o governo atribui subsídios para propinas à educação recorrente equivalentes a cerca de dois terços dos atribuídos à educação regular; o governo atribui subsídios de proporção às turmas-professores da educação recorrente de Macau apenas equivalentes a três quartos dos atribuídos à educação regular. Várias escolas de educação recorrente declararam que apenas podem desenvolver o ensino “cortando os seus pés para caberem nos seus sapatos”, por causa da insuficiência das ajudas.²⁴ Assim, discutir e analisar sistemática e profundamente as questões relativas à educação recorrente, tais como o posicionamento do desenvolvimento, o desenho do quadro curricular, o mecanismo de avaliação o ensino, o modo de financiamento, etc., e apresentar as propostas adequadas, merece um estudo conjunto por parte das pessoas competentes.

3. Formação profissional

A formação profissional desempenha um papel importante em termos de emprego, a renovação de conhecimentos e competências e o desenvolvimento da carreira profissional, faz parte integrante da educação contínua de Macau, tendo um papel substancial no desenvolvimento económico e social de Macau.

A formação profissional referida neste texto é a educação profissional-técnica do ensino regular. Nos termos do art.º 17 da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases

²⁴ “Chan Hong impuliona o governo a dar atenção à educação recorrente”, *Diário Hou Kong*, 3 de Abril de 2018.

do Sistema Educativo Não Superior, “a formação profissional visa preparar o indivíduo para o exercício de uma actividade profissional através da aquisição dos necessários conhecimentos e competências.” Têm acesso aos cursos de formação profissional todos os que tenham concluído, com aproveitamento, o ensino secundário geral ou completado 15 anos de idade. A organização e o funcionamento da formação profissional são objecto de diploma próprio.

Quanto à história de formação profissional de Macau, na década de 70 do século XX, com o desenvolvimento e a prosperidade económica de Macau, o governo começou a dar atenção à educação e a acção educativa começou a ter oportunidades de desenvolvimento. Na altura havia necessidade urgente de um grande número de talentos dotados de técnicas profissionais, mas a acção educativa estava num estado atrasado à muito tempo, de maneira que se tornou óbvia a falta de talentos com habilitações profissionais em Macau; assim, o governo de Macau percebeu a urgência e a importância da formação de talentos, especialmente de talentos dotados de competências profissionais, pelo que, a educação profissional naturalmente ganhou atenção.²⁵

A criação do primeiro centro de formação profissional de Macau remonta a Fevereiro de 1985, sob a tutela administrativa da então Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. O Centro de Formação Profissional de Mong-Há, uma outra instituição na dependência da mesma Direcção, foi criada em 1989. Porém, devido às transformações registadas na estrutura da mão-de-obra na sociedade e no mercado de trabalho, a Administração resolveu atribuir à DSTE a gestão da tutela desses centros de formação, o que aconteceu em 1992. Em 1997, a DSTE abriu dois novos centros de formação profissional, sendo um deles para a formação de aprendizes. A DSTE instituiu também um curso obedecendo a um regime cruzado de formação teórica com estágio para aprendizes desses estabelecimentos. Saliente-se que todas as acções de formação profissional da DSTE se caracterizaram pela sua gratuidade e também pela diversidade, para elas conseguida em poucos anos no que respeita ao rápido desenvolvimento do

²⁵ “Estudo da Política de Formação Profissional de Macau”, Macau, Federação das Associações dos Operários de Macau, 2012, p. 35.

número de modalidade dessas acções, suas formas e regimes, contribuindo para que se tivesse tornado uma das matérias de maior importância na definição das Linhas de Acção Governativa do Governo de Macau.²⁶

Após o retorno, devido ao desenvolvimento e às mudanças, além da introdução de trabalhadores não residentes como suplemento da falta ou carência de recursos humanos locais, o mais importante foi que, mediante o ajustamento das políticas de formação profissional e dos grandes investimentos financeiros, foram criadas diversificadas oportunidades de estudo para os trabalhadores das diferentes camadas e atribuídos certificados de habilitações profissionais aos indivíduos que passassem nos testes de habilitação, de modo a reforçar a competitividade no emprego dos recursos humanos e promover a mobilidade ascendente da força laboral.²⁷

De acordo com os dados do Inquérito à Formação Profissional de 2018, havia 56 instituições de formação profissional em 2018, ou seja, menos uma instituição, face ao ano de 2017. Foram lançados 1.761 cursos de formação profissional e neles participaram 68.686 formandos, isto é, +4,5% e +3,3%, respectivamente, em termos anuais, informaram os Serviços de Estatística e Censos. Analisando por cursos, os que tiveram mais formandos foram os cursos de “comércio e gestão” e neles participaram 21.356 formandos, representando 31,1% do total. Seguiram-se os cursos de “turismo, jogos e convenções/exposições”, que tiveram 7.520 formandos (10,9% do total) e os de “línguas”, que tiveram 6.634 formandos (9,7%). O número de formandos que frequentaram os cursos de “beleza e cabeleireiro” foi de 1.878, tendo aumentado significativamente 119,9%, em termos anuais. A taxa de conclusão dos cursos situou-se em 87,8%, tendo subido 5,3 pontos percentuais.

²⁶ Shuen Ka Hung, “A Experiência da Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego na Formação Profissional”, *Revista de Administração Pública de Macau*, n.º 46, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública de Macau, 1999, p. 1247.

²⁷ Shuen Ka Hung e Hung Ling Bui, “Análise e Perspectivas das Políticas de Formação Profissional em Macau”, *Revista de Administração Pública de Macau*, n.º 98, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública de Macau, 2012, p. 1127.

Actualmente, a formação profissional de Macau tem obtido certos resultados, mas durante o processo de desenvolvimento, enfrentou obstáculos de falta de mecanismos de coordenação unificada, insuficiente força na promoção das partes, atrasos nas leis, impactos característicos na indústria, baixo reconhecimento social, incapacidade para o desenho curricular satisfazer as necessidades de desenvolvimento social, etc. Pelo que, a análise do estado actual e os obstáculos ao desenvolvimento da formação profissional de Macau e a apresentação de uma estratégia viável sobre as tendências de desenvolvimento da formação profissional de Macau, são temas novos inevitáveis para o estudo da formação profissional de Macau.

IV. Valor da educação contínua não superior de Macau

Nesta parte pretendemos discutir o valor da educação contínua, a partir dos seus objectivos, nos termos do art.º 13 da Lei n.º 9/2006 - Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior. São objectivos da educação contínua: proporcionar oportunidades de aprendizagem permanente, aumentando globalmente a qualidade dos educandos; contribuir para eliminar o analfabetismo funcional e em literacia; proporcionar oportunidades educativas àqueles que não frequentaram os diversos níveis de educação regular ou que os não concluíram com aproveitamento; criar oportunidades de desenvolvimento constante aos indivíduos, de forma a aumentar a capacidade produtiva global e a competitividade da RAEM; desenvolver as funções educativas da família e da comunidade, no sentido de promover a comunicação e a cooperação entre estas as instituições educativas; promover a educação cívica e as actividades de natureza cultural. Pelo acima exposto, a educação contínua tem os seguintes valores.

1. Promover o crescimento profissional pessoal

O psicólogo americano, Abraham Harold Maslow, na sua obra “Uma Teoria da Motivação Humana”, publicada em 1943, apresentou a teoria da hierarquia das

necessidades, divididas em 5 níveis, nomeadamente, fisiológicos, de segurança, de amor e sentido de pertença, de estima e auto-realização; em 1954 dividiu as necessidades em 7 níveis, fisiológicos, de segurança, de amor e sentido de pertença, de estima, de cognição, de estética e de auto-realização (Figura 1). As necessidades normalmente desenvolvem-se de um nível inferior para um outro superior.²⁸

Figura 1: Teoria da hierquia das necessidades de Maslow



Segundo a teoria de Maslow, o ser humano tem 7 níveis de necessidades, a educação contínua pode satisfazer as necessidades de cognição e auto-realização, através da educação contínua, pode enriquecer os conhecimentos, melhorar o nível, desenvolver física e psicologicamente, realizar os sonhos, de modo a satisfazer todas as necessidades psicológicas, realizar o desenvolvimento integral e promover o crescimento profissional pessoal.

2. Impulsionar o crescimento social e económico

Para criar as condições favoráveis à aprendizagem permanente, incentivando os residentes da RAEM a participar no objectivo de elevar as suas qualidades e

²⁸ Wei Kenan, Yang Bowen, Li Xuelin e outros, *Introdução à Sociologia*, Sichuan, Editor Popular de Sichuan, 2003, pp. 80-81.

competências individuais, em acções de aperfeiçoamento contínuo ou de obtenção de qualificações, articulando-se com o desenvolvimento diversificado da economia e das indústrias, bem como com a criação de uma sociedade de aprendizagem, o governo da RAEM lançou o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo (adiante designado simplesmente por “Programa”) em 2011, atribuindo um subsídio de MOP\$6.000,00 a todos os residentes de Macau com idade igual ou superior a 15 anos, o qual podem utilizar para participar nos cursos lançados e aprovados durante o período do “Programa” ou nos exames de credenciação. Como exposto na Tabela 4, o “Progama” já se realizou por 3 fases, tendo registado a participação total de 485 mil pessoas e um montante total de subsídios na ordem de 2.050 milhões de patacas.

Tabela 4 : Resumo do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, em cada fase

Fases do “Programa”	Ano de realização	Montante do subsídio* (MOP)	Número de participantes	Montante total dos subsídios (MOP)
1ª Fase	2011~2013	5.000	Mais de 145 mil	500 milhões
2ª Fase	2014~2016	6.000	Mais de 160 mil	700 milhões
3ª Fase	2017~2019	6.000	Cerca de 180 mil	850 milhões

Fonte: dados do “Programa” de cada fase da DSEJ de Macau, organizados pelo autor.

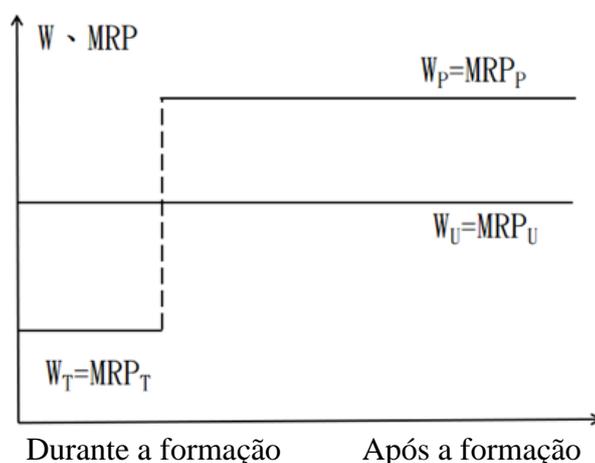
* O montante do subsídio que cada residente com idade igual ou superior a 15 anos pode receber durante o prazo de cada fase do “Programa”.

Segunda a Economia, podemos explicar as mudanças de salário e do produto da receita marginal antes e depois da formação, através da teoria do capital humano²⁹. Imaginamos que o mercado laboral é de concorrência perfeita, a mobilidade da mão-de-obra nas empresas é suficiente e livre. Como exposto na Figura 2, W_u e MRP_u representam respectivamente o salário e o produto da receita marginal antes do recebimento da formação, sendo os dois iguais no mercado

²⁹ O capital humano é adquirido por via da educação, formação, cuidados de saúde, deslocação da mão-de-obra, colecção e difusão de informações sobre o emprego da mão-de-obra, etc, podendo enriquecer a acumulação do investimento da produtividade do trabalho, tendo as características de dependência, oportunidade, variabilidade, exterioridade, investibilidade, etc.

competitivo da mão-de-obra. Após os empregados receberem a formação, o produto da receita marginal sobe ao nível de MRP_P . Uma vez que o mercado é de concorrência perfeita e a formação dos empregados é genérica e geral no mercado da mão-de-obra, quando outras empresas elevarem o salário dos empregados que receberam formação, até um nível idêntico ao produto da receita marginal, a fim de atrair estes empregados, a mesma empresa tem de elevar o salário dos empregados até MRP_P , para manter estes empregados formados.

Figura 2: Salário e produto da receita marinal antes e depois da formação



Pelos dados do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” expostos nos vários anos, o governo da RAEM investiu centenas de milhões de dinheiro público em cada fase para promover o desenvolvimento da educação contínua; após receberem a formação de educação contínua, os residentes ficam com mais salário por terem elevado a produtividade do trabalho, as empresas ganham mais lucros, conseqüentemente incentivam o crescimento económico e social.

3. Reforçar o poder nacional abrangente

A educação contínua pode reforçar o poder nacional abrangente, além de estimular o crescimento individual e o crescimento económico e social.

Terminada a guerra fria mundial, sob a influência da globalização, a competição pelo poder nacional abrangente é o resultado inevitável da substituição da corrida ao armamento. O poder nacional abrangente é a soma de todos os poderes que podem exercer efeito nas relações internacionais, incluindo os poderes existentes, o potencial e os mecanismos para tornarem a potência em poder, o que reflecte o nível de liberdade e influência de um país na sociedade internacional e é uma escala importante para medir a posição de um país nas relações internacionais.³⁰

Em relação ao poder nacional abrangente, os académicos apresentam sucessivamente diferentes métodos de cálculo. Ainda no século XVII, o fundador da escola de aritmética política, o académico alemão Hermann Conring (1606-1681), levantou o sistema dos elementos de estudo dos estados, que é próximo do conceito do poder nacional abrangente moderno. O fundador da Economia Política Clássica, o britânico W. Petty (1623-1687), fez um estudo comparativo do poder nacional e do estado nacional por meio de uma análise quantitativa. O economista britânico Adam Smith (1723-1790) publicou *A Riqueza das Nações* em 1776, onde indicou que a riqueza financeira é um índice importante para calcular o poder nacional. No final do século XIX, o iniciador da teoria da influência do poder do mar, historiador americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), entende que o poder do mar é o poder mais importante de um país. Nos tempos mais modernos, o director do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Georgetown, Ray S. Cline, o Departamento de Planeamento de Economia do Japão e o investigador do Departamento de Estratégia da Academia de Ciências Militares do Exército de Libertação do Povo Chinês, Huang Shuofeng, entre outros, propuseram formas de cálculo do poder nacional abrangente, tecendo considerações sobre vários aspectos. Pelo exposto,

³⁰ Chen Xianguang, *Livro do Curso de Relações Internacionais Contemporâneas*, Xiamen, Editora da Universidade de Xiamen, 2003, pp. 16-17.

o estudo do poder nacional abrangente passou de uma forma única para uma múltipla, de uma qualitativa para uma quantitativa, de uma estática para uma dinâmica.

O poder nacional abrangente reflecte o poder complexo de um país, incluindo o poder duro, isto é, o elemento militar e o poder suave, ou seja os elementos político, económico, educativo, cultural, tecnológico, etc.. Hoje em dia uma característica evidente da concorrência do poder nacional abrangente é a posição e o papel mais saliente da educação; cada vez mais os países consideram a elevação do poder suave como a estratégia importante do desenvolvimento. Pelo exposto, é evidente a importância da educação contínua.

Ao comparar com outros elementos, a educação contínua tem características de ser pertinente, prática e avançada, pode efectivamente juntar a teoria e a prática, fazer a educação servir a sociedade, acelerar a transferência dos resultados tecnológicos na produtividade real e possuir as características de pouco consumo de recursos, baixa poluição, alto valor acrescentado, grande potência de desenvolvimento, também grande capacidade de incentivo e efeito “Spillover”,³¹ pelo que, desenvolver vigorosamente a educação contínua, pode reforçar o poder abrangente do território, e conseqüentemente elevar o poder abrangente do país.

V. Conclusão

Após o retorno de Macau, o governo da RAEM aplicou uma série de medidas, para promover vigorosamente o desenvolvimento da educação contínua e obteve resultados evidentes depois de vários anos. No entanto, em relação ao estado actual da educação contínua, devido à influência de elementos internos e externos, há espaço para a sua melhoria, nomeadamente em aspectos de forma, modo, serviço e conceito educativo, devendo reformar-se constantemente acompanhando o desenvolvimento social e económico.

³¹ Spillover effect, significa o desenvolvimento de um aspecto incentiva o desenvolvimento de outro aspecto da mesma coisa.

Pelo exposto, devemos aprofundar o estudo e a análise do desenvolvimento da educação contínua, aproveitar as vantagens actuais, aprender com as experiências do desenvolvimento da educação contínua de outros países, elaborar uma série de medidas, superar os limites e os defeitos existentes e resolver os problemas inerentes, para evidenciar o papel e o valor da educação contínua.